

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 

DESDE **1982**

Por uma Educação de Qualidade e Profissionais Prestigiados



Constituição, âmbito e objeto



A Federação Nacional da Educação formou-se originalmente como Federação Nacional dos Sindicatos de Professores – FNSP, a 3 de novembro de 1982, sendo a primeira federação nacional de sindicatos de professores a constituir-se em Portugal. Como o próprio nome indica, à época a FNSP apenas filiava sindicatos de professores.

Em 1989, a Federação altera o seu âmbito e a sua designação, passando a designar-se como FNE - Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, e passando a filiar, para além de sindicatos de professores, sindicatos de profissionais da educação, nomeadamente os sindicatos dos técnicos, administrativos e auxiliares da educação, quer se encontrassem a trabalhar nas escolas, quer em organismos de administração da educação. Em abril de 2010, volta a registar-se uma alteração da denominação: mantendo a sigla FNE, abrevia para Federação Nacional da Educação.

A FNE tem como âmbito geográfico o território do Estado Português e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, onde trabalhem profissionais do setor da educação na dependência de instituições portuguesas ou comunitárias.

A FNE tem como objeto a representação e defesa dos interesses dos sindicatos filiados, de docentes e de outros trabalhadores que exercem a sua atividade profissional no setor da educação, da investigação científica e cultural e na formação profissional filiados nesses sindicatos; para o efeito:

- a) Representa coletivamente, face às entidades patronais públicas ou privadas, os trabalhadores associados nos sindicatos filiados, em matéria de questões laborais de âmbito nacional e específico ou de outras que se contenham nos limites previstos nos respetivos estatutos;
- b) Representa os seus sindicatos filiados, diretamente ou através das organizações sindicais internacionais em que se encontra filiada, em instâncias internacionais;
- c) Promove e disponibiliza serviços de apoio nas áreas social, cultural, da saúde, da segurança social e de formação profissional.

Missão, visão e valores

Missão

A missão da FNE visa a qualidade da Educação e Formação em Portugal, visa uma Educação e Formação de qualidade em Portugal, que passa necessariamente pela dignificação da profissão docente e da de todos os profissionais do setor, quer sejam docentes, formadores, investigadores científicos e culturais, quer sejam técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.



A FNE constrói e apresenta propostas relativas às condições dignas de trabalho, no sentido da valorização do ambiente de trabalho, das condições de trabalho e do desenvolvimento das carreiras dos profissionais que representa.

Visão

A FNE defende a Educação como um direito humano que responde às necessidades culturais, democráticas, sociais, económicas e ambientais de todos, permitindo a todas as pessoas, de qualquer idade, realizarem-se integralmente, quer individualmente, quer nas suas relações interpessoais, sendo deste modo um instrumento essencial para assegurar a transmissão, a análise e a concretização dos conhecimentos e da prática, para além de proporcionar o acesso a novos conhecimentos por meio da investigação e da inovação.

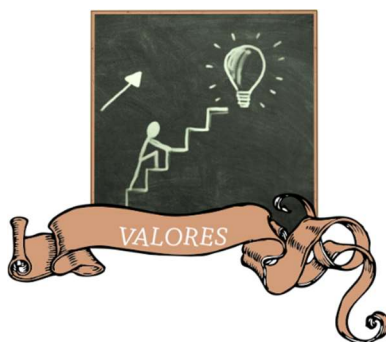


A FNE encoraja particularmente a solidariedade e a cooperação mútuas e estimula o diálogo e as boas relações entre todos os trabalhadores da área da Educação e entre estes e todas as partes interessadas. A FNE privilegia o Diálogo Social, que deve estar baseado no respeito e igual legitimidade entre todos os parceiros, visando a qualidade e o estatuto da educação, bem como as condições de exercício profissional.

No entender da FNE, cabe ao Estado a responsabilidade de garantir uma oferta relevante e de primeira linha de um serviço público de educação gratuito e de qualidade.

Valores

Sob a égide do sindicalismo livre, democrático e responsável, a FNE privilegia, desde o início, um trajeto de diálogo, de negociação, de proposta, de concertação. Por isso, pauta-se pelos princípios do sindicalismo reformista, que assenta na convicção de que a melhoria das condições de trabalho se processa por etapas sucessivas e não por saltos bruscos de uma qualquer via revolucionária.



Participação e filiação



A FNE é membro do Conselho Nacional de Educação, desde a sua constituição.

CNE www.cnedu.pt/pt/



Decidiu integrar a UGT – União Geral de Trabalhadores, numa aposta clara de promoção de um Sindicalismo reformista, livre e democrático.

UGT www.ugt.pt/



Integra a Internacional da Educação, desde a fundação desta organização.

IE www.ei-ie.org/



Faz parte do Comité Sindical Europeu da Educação, dando sequência à intervenção que desde 1975 era assegurada neste organismo, em nome de Portugal, pelo SPZN e pelo SPZC.

CSEE www.csee-etuice.org/en/



É membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Sindical da Educação.

CPLP-SE www.cplp-se.org/



A AFJET é um projecto da FNE que nasceu da vontade de servir os professores, confrontados com novos desafios educativos, e que se alargou a todos quantos - adultos ou jovens - querem aumentar a sua formação.

AFJET www.afjet.pt/



É sócio da Associação Agostinho Roseta, promotora da Escola Profissional Agostinho Roseta.

AAR www.aar.edu.pt/



É subscritora da Aliança Europeia das Aprendizagens, da Comissão Europeia.

AEA www.ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1147

Uma história de intervenção ativa



A FNE constituiu-se para fortalecer a capacidade reivindicativa e negocial dos seus Sindicatos, tendo estado sempre na primeira linha de promoção e valorização dos Trabalhadores que representa, recusando ser acantonada numa perspetiva meramente corporativa de intervenção sindical, mas assumindo sempre uma visão alargada da Educação e do sistema educativo, no quadro da construção de uma sociedade justa, inclusiva e sustentável.

Sem nunca perder a perspetiva de valorização dos Trabalhadores da Educação, para o que apresentou sempre propostas e contrapropostas em todos os processos negociais, não deixou de ser ator interventivo na discussão das diferentes matérias de organização do sistema educativo, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior, em todas as suas dimensões, incluindo o Ensino Português no Estrangeiro - EPE.



Na primeira linha da sua intervenção político-sindical, a FNE sempre colocou a elevação do estatuto da carreira docente dos ensinos básico e secundário, um justo enquadramento para as carreiras docentes universitária e politécnica e dos investigadores, a elevação das carreiras dos Trabalhadores Não Docentes e o reconhecimento do seu papel nas tarefas de enquadramento dos nossos alunos.

Em relação aos sucessivos governos, a FNE apresentou-se sempre como um interlocutor responsável que aposta no diálogo e na concertação, sem

jamais virar a cara à contestação e à luta sempre que tal se justificou. Por isso, é tão longa a lista de acordos e de entendimentos, como a lista de greves e manifestações e outras formas de contestação.



Mas sempre procuramos manter parcerias com as mais diversas entidades públicas e privadas, estabelecendo relações que melhorem a nossa capacidade de intervenção e a visibilidade das nossas posições. É neste contexto que tem vindo a ser promovido anualmente uma Convenção que inicialmente incluía apenas a CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais e que sucessivamente se foi alargando à ANDAEP – Associação Nacional de Diretores dos Agrupamentos e Escolas Públicas, e à FNAEBS – Federação Nacional das Associações de Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário.



Apostando no campo do desenvolvimento profissional contínuo, em julho de 2015 o registo da entidade formadora Federação Nacional da Educação foi aprovado pela DGERT. E em 11 de novembro de 2015 o pedido de acreditação da FNE como entidade formadora foi aceite pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC).

Marcos históricos

1974



25 de abril – Revolução de Abril

30 de abril – Criação do Sindicato de Professores da Zona Norte [SPZN]

1976

26 de outubro - Criação do Sindicato de Professores da Zona Centro [SPZC]

1978

24 de dezembro – O SPZN é o primeiro sindicato português de professores a aderir a uma federação mundial - Secretariado Profissional Internacional do Ensino [SPIE]

1981

Março – O SPZN faz uma proposta concreta para a constituição da Federação.

Estabelecem-se os princípios constituintes e um calendário de ação.

Março – Criação do Sindicato Nacional de Delegados e Subdelegados Escolares [SINDLEP]

1982

3 de novembro – Criação da FNSP – Federação Nacional dos Sindicatos de Professores



1984

16 e 17 de março - 1º Congresso Nacional dos Professores Portugueses – Hotel Altis – Lisboa



1985

Histórica efetivação de 28.000 professores

1986

31 de janeiro – Criação do Sindicato Democrático dos Professores do Sul [SDPSul]

30 de abril - Criação do Sindicato de Professores nas Comunidades Lusíadas [SPCL]

1988

18 de janeiro – Criação do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa [SDPGL]

1989

– A FNSP passa a integrar também o pessoal não docente e passa a usar a sigla FNE, embora a designação completa seja Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

– Adesão da FNE à UGT

– Negociação do Estatuto dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário que consagra uma carreira única – 13 de dezembro - Acordo entre FNE e ME sobre o Estatuto da Carreira Docente [ECD]

30 de abril – Criação do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte [STAAEZN]

13 de abril – Criação do Sindicato Democrático dos Professores Açores [SDPA]

27 e 28 de abril – 2º Congresso da FNSP – “Mudar a Educação – Agarrar o Futuro” – Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa
– Professores e Governo chegam a um consenso e assinam “O Acordo da Dignidade”



1990

19 de junho – Criação do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira [SDPM]

1991

3 de janeiro – Criação do Instituto Superior de Educação e Trabalho [ISET]



21 de fevereiro - profissionalização através da Universidade Aberta para os professores do quadro de nomeação provisória colocados na 2ª fase do concurso

6 de março – Criação do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas [STAAESRA]

1992

26 e 27 de março – 3º Congresso – "QUALIDADE NA EDUCAÇÃO - Uma Aposta do Presente para Ganhar o Futuro" – Cinema Tivoli - Lisboa



5 de junho – Estatutos do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro [STAAEZC] aprovados

29 de abril – Acordo sobre os diplomas respeitantes à regulamentação do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD) designadamente: a) Avaliação do desempenho; b) Acesso ao 8º escalão; c) Permuta; d) Dispensa da componente letiva por incapacidade

7 de julho – Acordo sobre a) ordenamento jurídico da formação contínua de professores; b) regulamentação do que diz respeito às doenças profissionais, à concessão de licenças sabáticas e à concessão de dispensas de serviço para formação; c) regulamentação no que se reporta às ações de formação contínua que os professores devem concluir, para efeitos de progressão, em cada escalão da carreira.



11 de novembro - Acordo sobre atualização salarial dos vencimentos dos professores do Ensino Português no Estrangeiro

1993

20 de janeiro - Protocolo de Acordo para o alargamento dos quadros distritais de vinculação do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino não superior, sendo abertos concursos de recrutamento para o preenchimento das vagas.

26 de janeiro – Constituição da Internacional da Educação, em Estocolmo, em substituição do Secretariado Profissional Internacional do Ensino [SPIE], sendo fundadores o SPZN e o SPZC.

21 de julho - Protocolo de ante-projeto de Portaria Conjunta para consideração da recuperação do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira do pessoal docente; correção de situações de injustificada discriminação e de injustiça relativa, definindo o tempo de permanência nos diferentes módulos para exclusivo efeito da recuperação do tempo de serviço dos docentes

1994

16 de fevereiro - Protocolo de Acordo com a Universidade Aberta sobre completamento de qualificações, completamento de habilitações

1995 19 a 21 de abril – IV Congresso – “Que educação para o séc. XXI?” – Exponor – Porto



5 de junho – Manifestação da FNE em frente ao ME para demonstrar o descontentamento docente



19 a 23 de julho – Participação no 1º Congresso da Internacional da Educação (Harare)



1996

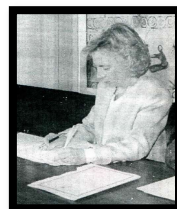
27 de fevereiro - Acordo sobre carreiras docentes do ensino superior

13 de maio - Protocolo de Acordo relativo à manutenção do princípio da paridade entre a carreira docente do ensino não superior e a carreira técnica superior do regime geral da função pública

15 de novembro – Acordo com a redação da regulamentação dos artigos 56º e 57º do ECD

1997

5 de maio – Encerramento do processo de revisão do ECD e Protocolo de Acordo com compromisso de repor duração da carreira docente nos 29 anos



29 de julho - Protocolo de Acordo entre a Secretária de Estado da Educação e Inovação

e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação – FNE, sobre Regime Jurídico dos Docentes de Ensino Português no Estrangeiro, revisão das tabelas de vencimentos, concursos

1998

Publicação do Decreto-Lei nº 165/1998, de 24 de janeiro- primeiro Regime Jurídico para o Ensino do Português no Estrangeiro, negociado e acordado pela FNE

13 de janeiro - Acordo de Concertação Estratégica entre o Ministro da Educação e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação – FNE, com a presença do Secretário-Geral da UGT, sobre abertura de vagas 1998/99 e medidas a tomar no processo de recrutamento para 1999/2000

22 a 24 de abril – V Congresso – “Com Todos – Mudar a Escola – Construir o Futuro” – Cordoaria Nacional – Lisboa



25 a 29 de julho – Participação no II Congresso da Internacional da Educação (Washington)



11 de dezembro - Protocolo de Acordo relativo à revisão do DL 409/89 (índices remuneratórios, tempo de serviço, faseamento)

1999



2 de agosto – Acordo sobre o regime jurídico do pessoal não docente, estrutura das carreiras, conteúdos funcionais, transição, reclassificação

2000

23 de fevereiro – Acordo sobre o diploma que define o enquadramento, no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, do pessoal docente contratado nos estabelecimentos de educação e ensino públicos, relativamente à eventualidade desemprego - Subsídio de Desemprego para os professores

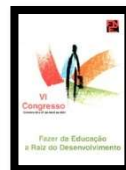
21 de dezembro – Protocolo de acordo de revisão parcial do regime de concursos



2001

26 e 27 de abril – VI Congresso FNE – “Fazer da Educação a Raiz do Desenvolvimento” – Caves de Coimbra

25 a 29 de julho – Participação no 3º Congresso da Internacional da Educação (Jomtien, Tailândia)



12 e 13 de novembro – I Fórum FNE - “Mais Qualidade em Educação”



2003

15 de janeiro - Acordo entre o Ministro da Educação e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação – FNE, relativo ao novo regime jurídico do concurso para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário



2004 22 e 23 de abril – VII Congresso FNE – "INTERVIR PARA MUDAR - Por mais educação e melhores escolas" – Alfândega do Porto

22 a 26 de julho – Participação no 4º Congresso da Internacional da Educação (Porto Alegre)

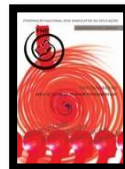


2005

8 de junho - Concentração junto à residência do Primeiro-Ministro – perante o anúncio pelo Governo de um conjunto de iniciativas sobre a administração pública em que a precariedade de emprego e significativas alterações ao nível do regime de aposentação assumiam carácter particularmente grave

20 a 23 de junho - Greve para contestar um conjunto de decisões mal preparadas, elaboradas sem conhecimento da realidade e das necessidades do sistema educativo (orientações sobre o reordenamento da rede escolar e sobre a organização dos horários dos docentes)

7 de julho – Congresso extraordinário FNE (VIII) – “Educação de Qualidade com Equidade” – Grande Hotel do Luso



16 de novembro - Acordo relativo a políticas para a construção de uma escola pública de qualidade; diálogo e participação; Revisão do Estatuto da Carreira Docente; pessoal não docente em regime de contrato individual de trabalho; Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro; Organização do trabalho escolar; Condições de trabalho e de ensino nas escolas; Serviço docente de apoio aos estabelecimentos de ensino do agrupamento

2006

14 de junho – Greve para contestar a proposta do Governo de revisão do ECD



5 de outubro – Marcha Nacional de Professores no Dia Mundial dos Professores e para contestação das políticas educativas do Governo

17 e 18 de outubro – Greve Nacional de Professores para contestação das propostas de revisão do ECD

2007

Acordo entre FNE e Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo [AEEP] revaloriza salários de mais de 10.000 trabalhadores



SINDLEP é extinto

22 a 26 de julho – Participação no 5º Congresso da Internacional da Educação (Berlim)



4 de outubro – Conferência “As condições do trabalho docente em Portugal e as suas consequências”



30 de novembro – Greve Geral contra um Governo que falha compromissos. Por uma negociação séria!



2008 8 de março – Manifestação Nacional de Professores contra as políticas do Governo sobre os professores e a sua carreira

10 e 11 de maio – IX Congresso da FNE - "EDUCAÇÃO PARA O FUTURO - Profissionais reconhecidos e valorizados" – Culturgest – Lisboa



2009



30 de maio – Grande Manifestação Nacional de Professores – contra as propostas do ME para a revisão do ECD

2010

8 de janeiro - Acordo de Princípios para revisão do Estatuto da Carreira Docente e do modelo de avaliação dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário e dos Educadores de Infância. Sobre a estrutura e o desenvolvimento da Carreira Docente; sobre a avaliação do desempenho; sobre a transição entre modelos.

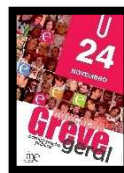


17 de junho - Concentração da FNE e da FESAP diante da Residência Oficial do Primeiro ministro

23 e 24 de outubro – X Congresso FNE - “Um Futuro Melhor na Educação passa por Nós” – Centro Cultural e de Congressos – Aveiro



24 de novembro – Greve Geral da Administração Pública



2011

22 a 26 de julho – Participação no 6º Congresso da Internacional da Educação (Cidade do Cabo)



12 de julho - Assinatura de protocolo para um seguro de saúde para todos os trabalhadores da Educação com a MGEN



9 de setembro - Acordo sobre o regime da avaliação do desempenho docente

2012

25 de julho - Acordo sobre a proposta de texto que em forma de despacho estabelecerá os critérios para a aplicação do suprimento da avaliação através da ponderação curricular e o texto que em forma de portaria regulará a avaliação de desempenho dos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, dos diretores das Escolas Portuguesas no Estrangeiro e dos diretores dos Centros de Formação

2013

1 de maio – Concentração em frente ao Ministério da Educação e desfile até ao Marquês de Pombal



11, 12, 13, 14 e 17 de junho – Greve às avaliações exigindo condições para uma educação de qualidade e de denúncia dos constrangimentos que têm sido sucessivamente impostos à Educação

15 de junho - Manifestação Nacional de professores em Lisboa para dizer ao Governo que é urgente outras políticas e para contestar a mobilidade especial e o aumento do horário de trabalho dos docentes



17 de junho – Greve geral de professores

18 de setembro - Acordo entre o Ministério da Educação e Ciência e a Federação Nacional da Educação – FNE, sobre o regime jurídico da formação contínua de professores.

25 a 30 de novembro – Concentrações regionais de Professores Campanha da FNE “Todos contra a Prova”



2014

17 e 18 de maio – XI Congresso da FNE - “TODOS PELA EDUCAÇÃO - superar a crise, promover uma educação universal, de qualidade e com equidade” – Exponor – Matosinhos



2015

19 a 26 de julho – Participação no
7º Congresso da Internacional da
Educação (Otava)



5 de outubro – Lançamento da campanha
“Obrigado, Professor”



24 de novembro – Lançamento da campanha “Funcionários das
escolas também educam”



2017 3 de fevereiro – Greve Nacional de Trabalhadores Não Docentes



18 de novembro - Declaração de compromisso sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, condições especiais de aposentação e organização do tempo de trabalho dos docentes

2018

20 e 21 de outubro – XII Congresso da FNE – “Por uma Escola Prestigiada – Profissionais Valorizados” – Centro Cultural e de Congressos – Aveiro



2019

21 a 26 de julho – Participação no 8º Congresso da Internacional da Educação (Banguecoque)



Contratação Coletiva



22 de dezembro de 2001 – Acordo de Empresa entre a União das Misericórdias Portuguesas e a FNE - Federação Nacional dos Sindicatos da Educação e outros

15 de agosto de 2004 – CCT entre a AEEP — Assoc. dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros — Revisão global

29 de janeiro de 2005 – CCT entre a ACCA — Assoc. Nacional de Colégios com Contrato de Associação e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros — Revisão global

22 de fevereiro de 2005 – CCT entre a AEEP — Assoc. dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros — Revisão global — Constituição da comissão paritária

8 de julho de 2015 – CCT entre a CNIS — Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e Outros

15 de dezembro de 2005 - CCT entre a AEEP — Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros — Revisão global

22 de março de 2007 – CCT entre a AEEP — Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a FNE — Feder. Nacional dos Sind. da Educação e outros — Revisão global

29 de agosto de 2008 – CCT entre a CNIS — Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a FNE — Federação Nacional dos Sindicatos da Educação e outros — Revisão global

15 de fevereiro de 2012 – Contrato coletivo entre a CNIS — Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a FNE — Federação Nacional da Educação e outros — Revisão global

15 de agosto de 2014 – Contrato coletivo entre a AEEP - Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros - Revisão global

8 de agosto de 2015 – Contrato coletivo entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo - AEEP e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros - Revisão global

18 de julho de 2016 – Contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros - Revisão global

22 de janeiro de 2017 – Acordo de Empresa entre a União das Misericórdias Portuguesas - UMP e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros - Revisão global

22 de agosto de 2017 - Contrato coletivo entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros

Sindicatos membros



SPZN – Sindicato dos Professores da Zona Norte
Rua de Costa Cabral, nº 1035 – Porto



SPZC – Sindicato dos Professores da Zona Centro
R. Antero de Quental, nº 99 - Coimbra



SDPGL – Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
Escadinhas da Praia, nº 3, 2º dto. - Lisboa



SDPSul – Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Rua Lídia Cutileiro, nº 23 - 1º e 2º dt. Vila da Cartuxa – Évora



SDPA – Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
Rua Arcanjo Lar, nº 7, R/C Poente - Ponta Delgada



SDPM – Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
Rua do Brasil, nº 72 – Bairro da Nazaré – Funchal



SPCL – Sindicatos dos Professores nas Comunidades Lusíadas
Kantstrasse, 7 – Nurnberg – Alemanha



STAAE-ZN – Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares da Educação da Zona Norte
Rua da Constituição, nº 814, 5º Sala 28 - Porto



STAAE-ZC – Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 53 - Cave Escritório 3 - Coimbra



STAAESul-RA – Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas
R. Pinheiro Chagas, nº 17 – 4º dtº - Lisboa



Título	DESDE 1982 Por uma Educação de Qualidade e Profissionais Prestigiados
Edição	Federação Nacional da Educação Departamento de Informação e Imagem outubro de 2019 FNE.2019OUT28.02

© **Federação Nacional da Educação, 2019**
Rua Pereira Reis, 399 | 4200-448 Porto - PT
Tel. +351 225 073 880 | E-mail. secretariado@fne.pt



Portugal só atingirá as metas de desenvolvimento que se propõe com um investimento profundo em Educação.

Manuela Teixeira

III Congresso da FNE, 27 de março de 1992

Não há democracia forte sem o respeito pelos sindicatos.

João Dias da Silva

XII Congresso da FNE, 21 de outubro de 2018